



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Entendimento entre Governo Regional, ASTA e Câmara Municipal de Ponta Delgada sobre obras na Calheta Pêro de Teive

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. para efeito de admissão, requerimento dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à **Presidência do Governo Regional dos Açores**.

Ponta Delgada, 31 de julho de 2023

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exm.º Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores

No dia 13 de fevereiro de 2021, em declarações públicas, no palácio de Santana, o presidente do Governo Regional congratulou-se “com o entendimento alcançado entre a ASTA-Atlântida, a Câmara Municipal de Ponta Delgada e o Governo Regional” relativamente à Calheta Pêro de Teive e afirmou que o Governo era um “parceiro nas soluções, enquanto entidade concedente” e que estava a “assumir as suas responsabilidades com frontalidade” para “encontrar soluções” e “fazer do jurídico um parceiro para resolver e não um expediente para adiar”.

Entretanto, a “parte ilegal da obra inacabada das galerias da Calheta Pêro de Teive” – como designou a então presidente do município – Maria José Duarte – foi efetivamente demolida, mas, pouco mais de um ano depois, em maio de 2023, o promotor da obra acabou por recorrer a um expediente legal para adiar o início da construção do hotel e do espaço público a que está contratualmente obrigado.

Este adiamento do início das obras por decisão unilateral do promotor, só foi possível porque, em 2016, foi assinada uma adenda ao contrato inicial que não fixou um prazo para a conclusão do espaço público e do empreendimento turístico previstos para a Calheta Pêro de Teive, ao contrário do que aconteceu em relação ao Hotel Azor e ao Hotel das Furnas, para os quais foi fixado um prazo para a sua conclusão.

Tendo em conta que o presidente do Governo Regional anunciou, em fevereiro de 2021, um entendimento alcançado entre as três entidades envolvidas neste processo, é muito importante que se conheça, com total transparência, o conteúdo desse entendimento.

Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita o pedido de resposta de V.ª Ex.ª às seguintes questões:

1 – Em que consistiu o entendimento entre Governo Regional, autarquia de Ponta Delgada e ASTA-Atlântida anunciado pelo presidente do Governo Regional em fevereiro de 2021 relativamente à Calheta Pêro de Teive? (solicita-se envio de cópia do documento que formaliza o referido entendimento)

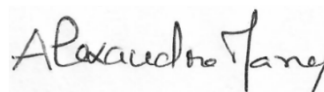
2 – Esse entendimento incluiu a definição de um prazo para a conclusão das obras? Em caso de resposta afirmativa: Qual o prazo fixado? Em caso de resposta negativa: Porque é que este aspeto não foi incluído no entendimento?

3 – Tendo o Governo Regional liderado uma reunião no palácio de Santana, que culminou com o anúncio da boa notícia de ter sido alcançando um entendimento para o desenvolvimento das obras na Calheta Pêro de Teive, por que razão o Governo Regional ainda não se pronunciou publicamente sobre o sucessivo adiamento do início das obras?

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Ponta Delgada, 31 de julho de 2023